

## Delegados aprovam teses que tratam de conjunturas nacional e internacional no segundo dia da Plenária

Max Leone  
Imprensa do Sisejufe

Discursos acalorados marcaram a manhã de sábado, 4 de junho, durante a apresentação das teses gerais no segundo dia da 16ª Plenária Nacional da Fenajufe. Críticos e simpatizantes do governo federal deram seus recados no auditório do Hotel Guanabara. Sete teses foram inscritas e discutidas pelos delegados credenciados para o evento. Todos os oradores, no entanto, concordaram em um ponto: a necessidade de os servidores do Judiciário Federal estarem mobilizados para lutar pela aprovação do PL 6.613/2009, além de outras propostas do governo federal que retiram direitos do funcionalismo público. Dentre eles, o PLP 549, que congela os salários dos servidores por dez anos e o PL 248, que permite a demissão por insuficiência de desempenho.

Além disso, os delegados e delegadas levantaram a proposta de uma greve nacional. “Temos que sair daqui com a garantia da retomada da mobilização e a luta da categoria. Temos que ir à luta com uma camisa só, a camisa da unidade, do reajuste salarial. Não estamos discutindo a carreira agora. Nossa meta é o PCS, já! Como foi aprovado na última Ampliada da Federação”, afirmou Jacqueline Albuquerque, coordenadora executiva da Fenajufe.

Momentos antes, o diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, ressaltou que análises conjunturais não podem ser feitas desconectadas da realidade que o país vive, referindo-se às críticas direcionadas ao governo. Ele lembrou que a aprovação da política de reajuste do salário mínimo representou uma derrota para um Congresso Nacional conservador e segmentos da sociedade contrária em conceder ganhos salariais às camadas mais pobres da população. “A política do salário mínimo permite que o crescimento da economia seja repassado aos mais pobres”,



explicou. No campo sindical, a retomada das campanhas pela jornada de 6 horas e contra o assédio moral também foram defendidas nos discursos.

Apesar das críticas ao governo, o dirigente sindical Pedro Aparecido defendeu a unidade da categoria para forçá-lo a negociar e evitar o congelamento dos salários por dez anos. “Temos que nos mobilizar para pressionar o governo a negociar o PCS. Estamos cansados de ser passados para trás. Não tem acordo se não for para aprovar o PL 6613”, ponderou Aparecido.

Rogério Fagundes, do Sindjufe da Bahia, destacou avanços em relação ao funcionalismo, como a realização de concursos e a valorização de determinadas que população seja favorecida, mas não deixou de reforçar a necessidade da unidade da categoria pela mobilização do PCS. “Fazemos parte do Poder Judiciário, por exemplo, que mantém o status quo, que tenta inibir nosso di-

reito de greve. Temos que estar unidos contra o PLP que congela os salários”, afirmou. Rogério ainda defendeu a decretação de uma greve nacional com o restante dos sindicatos e toda a categoria, seguindo o exemplo da Bahia, onde os servidores já estão de braços cruzados.

O coordenador da Fenajufe Saulo Arcangeli destacou que os servidores estão sendo atacados em seus direitos, assim como os demais trabalhadores. “O governo vem tentando mexer da Previdência do funcionalismo, com a proposta de adotar a previdência complementar”, disse ele.

As questões de gênero e raça também foram abordadas durante as defesas de teses. O coordenador da Fenajufe José Carlos de Oliveira avaliou que a categoria também deve defender a luta contra a homofobia. Os oradores que defenderam os textos publicados nos cadernos de teses da federação ainda analisaram as conjunturas internacional e nacional.

Após o almoço, foi aprovada por 82 a 72 votos a proposta de no cenário internacional, que prevê apoio aos povos que possuem governos progressistas e que propõe o Brasil como protagonista em questões de interesse dos povos estrangeiros. Também foi aprovada, por ampla maioria, a proposta de resolução em âmbito nacional que mantém a crítica ao governo federal, mas que defende a classe trabalhadora, contra a política de juros altos, entre outras questões. Prega um posicionamento independente sem inviabilizar a negociação com o governo.

### Conlutas tenta desfilial Fenajufe da CUT. Plenária rejeita colocar proposta em votação

Uma tentativa de golpe durante a 16ª Plenária Nacional da Fenajufe foi derrubada mediante a posição democrática da maioria dos delegados que participam do evento. Em desrespeito às instâncias de decisão da Fenajufe, representantes do campo Luta Fenajufe tentaram por em votação resolução em que pretendia autorizar uma Plenária Nacional e rever a decisão congressual de manutenção da filiação da Federação à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Há 7 Congressos Nacionais da Fenajufe, sendo que o último se deu em 2010, em Fortaleza, a Federação ratificou sua filiação à maior central sindical do Brasil. Tal decisão só poder ser alterada na maior instância deliberativa da Fenajufe, que é o Congresso Estatutário.

Seguindo encaminhamento da mesa diretora, o plenário rejeitou por ampla maioria a tentativa de golpe do grupo Luta Fenajufe. “É um absurdo. Para o campo Luta Fenajufe, ‘democracia só vale se beneficiar seu grupo’. Essa proposta já foi derrotada no último Congresso. Eles aproveitam a plenária, que não pode decidir essa questão, para apresentar essa pauta”, afirmou Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, em sua declaração de voto.

# PCS Já! Categoria vota e aprova resoluções pró-PL 6613 e contra retiradas de direitos

Tatiana Lima\*

Após embates acalorados e depois de muita discussão, a mesa organizadora do debate encaminhou à votação a resolução sobre a revisão salarial. Estavam em votação a reafirmação da luta pela aprovação PL 6613 (que significa o PCS4) e posicionamento contrário a qualquer medida que retira direitos conquistados pela categoria e o conjunto funcionalismo público federal. Em contraposição a esta proposta, foi apresentada, pelo Movimento Pró-Subsídio, outra resolução que permitiria ser apresentada à categoria qualquer proposta de reposição salarial, independentemente de seu formato.

O debate contou com a participação do deputado federal e relator do PL 6613 na Comissão de Tributação e Finanças (CFT) da Câmara, Roberto Policarpo (PT-DF), que foi enfático: “A categoria tem que fazer algo de concreto. Eu vou fazer a minha parte, o relatório. Mas os servidores precisam entrar em greve. Foi através de grandes greves nacionais que a categoria conquistou a ampliação do salário e direitos. Não adianta só uma parte participar”, disse Policarpo, em tom de recado aos servidores.

Para ele, o movimento de greve não traz garantia de resultados, mas não existe outra possibilidade. E acrescentou que “sei que alguns companheiros divergem sobre isso. Mas no meu ponto de vista precisamos bater o pé e desta vez, diminuir os números e dos valores das funções comissionadas”, afirmou ele.

Na avaliação do ex-dirigente da Federação, o alto número de servidores com funções comissionadas é um fator determinante



para esvaziar o movimento grevista. “Muitos servidores não fazem greve porque têm cargo comissionado e alguns não fazem porque estão de olho na FC do colega que mesmo com função faz greve”.

Policarpo (na foto acima) revelou que fará o relatório do PL 6613 propondo a equiparação do salário dos servidores do Judiciário com os do Executivo e do Legislativo, além de medidas compensatórias para diminuir a quantidade e valores das comissões comissionadas. “Será uma medida importante para sinalizar para a sociedade que nós queremos um Judiciário e o Ministério Público profissionalizados, sem assédio moral e com consciência do seu papel na conjuntura do país”, destacou o deputado federal Roberto Policarpo.

Para o diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, essa diminuição de FCs e CJs, não pode estar atrelado à perda salarial. “O sindicato tem uma posição histórica de lutar pela diminuição das FCs e CJs ou a diminuição de seu valor desde que estes valores sejam repassados ao aumento para o servidor e não haja perda de direitos. Se for necessário diminuir os valores das Fcs, para provar o

aumento da categoria, levaremos o debate para as assembleias”, ressaltou Ponciano.

Em relação à decisão do relator do PL 6613 realizar o relatório do projeto com a inclusão de medidas compensatórias, o diretor-presidente do Sisejufe também explicou que o posicionamento do Rio é pela manutenção do PL original. Contudo, o sindicato seguirá a posição majoritária da Plenária. “O Rio não ficará isolado. O debate será feito pela categoria nas assembleias”, concluiu.

O relator do PL 6613, Roberto Policarpo, disse que vai enviar o relatório para a Comissão de Tributação e Finanças (CFT) nos próximos dias. De acordo com ele, já houve conversas com os técnicos da comissão, que teriam firmado o compromisso de também emitir relatório mesmo sem a negociação prévia que garantiria o orçamento para a aprovação do PL 6613.

O deputado expôs para a plenária que a decisão de apresentar o relatório aconteceu após conversar com companheiros e refletir que, para a aprovação do PCS a categoria terá que repetir a ação de 2001, quando mesmo sem acordo orçamentário após realização de lobby da categoria

os técnicos da Comissão de Tributação e Finanças emitiram um relatório, que na prática, serviu de instrumento para auxiliar o processo de negociação com o Judiciário, e posteriormente, a aprovação no Legislativo.

Policarpo finalizou sua participação na Plenária fazendo um pedido à categoria: “Não vejam meu relatório como definitivo. Ele é o primeiro passo para a aprovação do PL 6.613”.

**“Estou parlamentar, mas sou servidor”, garante Roberto Policarpo**

Em discurso acalorado, o deputado federal Roberto Policarpo, durante a mesa de debate sobre a situação da negociação da provação do PCS, chamou os servidores do Judiciário Federal para luta e a construção da unidade em prol da aprovação do PL 6613. “Temos muitas diferenças, mas se tentarmos conciliar um pouco nossas semelhanças para unificar a luta, conseguiremos pressionar o governo e chegar a um acordo na negociação para aprovação do PCS”, ponderou o deputado federal.

Servidor lotado no TRF da 1ª Região e ex-dirigente da Fenajufe, Roberto Policarpo garantiu à categoria que, apesar de hoje estar na condição de parlamentar, não irá se deslocar das bandeiras de luta do Judiciário Federal. “Eu estou parlamentar, mas sou servidor. Estarei junto com os servidores em todas as lutas seja para a aprovação do PCS ou contra projetos para a retirada de direitos conquistados pela categoria. Até porque quando retornar para a minha vida antiga, meu salário será nessa categoria”, conclui.

\*Imprensa Sisejufe

